

Made in Brazil: Os nexos anticoloniais da lusofonia póscolonial*

ANA PAULA FERREIRA
University of Minnesota

Abstract: The present essay analyzes the emergence in Brazil at the turn of the 1960s of a postcolonial idea of a transnational “community” of Portuguese speakers. That idea is connected with a series of heterogenous and unequal groups linked by different degrees of activism against Portuguese colonialism. Examples include Brazil’s diplomatic turn to Africa and Asia under the Quadros-Goulart regimes; solidarities between African independence fighters and Brazilian Black activists (and supporters); the wide anti-Salazar and anticolonial activism promoted by the exiled Portuguese democratic opposition; and the cultural common sense, echoed by Maria Archer, that Brazil could safeguard the future of the Portuguese language owing to the ever-present history of slavery.

Keywords: Brazil, anti-colonialism, anti-fascism, Portuguese language

Em artigo escrito pouco depois da cerimónia que a 17 de julho de 1996 fundou a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, “Cultura e Lusofonia ou os três anéis”, Eduardo Lourenço (1923–2020) utilizou a metáfora de “três anéis” para descrever o paradoxo de uma comunidade feita de espaços geoculturais que não se encontram. Ainda se a perspetiva lusocêntrica acredite que a língua portuguesa perfaz um “nós” em que a cultura europeia se entrelaça com a latino-americana e a africana, os três espaços geoculturais mantêm-se separados. O ensaísta recorda

* Uma primeira versão do presente ensaio foi apresentada como conferência plenária no congresso “Até às raízes da lusofonia”, realizado na Universidade de Gent, Bélgica, a 6 de março de 2020.

as palavras de Fernando Henrique Cardoso, que teria alertado contra qualquer equívoco: “O facto de usarmos a mesma língua não quer dizer que tenhamos a mesma cultura” (Lourenço 167). E reconhece que o Brasil, que teria levado a Comunidade “à pia baptismal”, tem direito de se ver “num espaço de que ele é o centro e a circunferência” (171).¹ No entanto, argumenta que pelo menos “um mínimo de mitologia cultural” seja partilhado em nome de tal comunidade. “[M]esmo não vivendo esse mínimo cultural—como seria bom que vivêssemos e nele *convivêssemos*—ele existe. E . . . sobretudo é susceptível de novas metamorfoses e acaso de reconsiderações hoje impensáveis” (172; ênfase no original).

Pouco depois, em dezembro de 1996, o próprio Lourenço abre caminho para uma dessas reconsiderações num congresso ocorrido na École des Hautes Études em Paris. Em vez dos espaços onde o português é uma língua oficial no presente, o ensaísta privilegia as áreas específicas “de intersecção de identidades” forjadas sob o que Michel Cahen interpreta como o “peso” da expansão portuguesa (Cahen e Braga 9–10). Faz sentido supor que nessas áreas onde se registam cruzamentos de identidades ocasionados pelas violências do imperialismo e suas repercussões históricas se poderá procurar o “mínimo de mitologia cultural” que Lourenço exige em nome de uma comunidade lusófona não redutível a uma versão lusocêntrica do império.

Por coincidência, nesse mesmo ano de 1996, Stuart Hall (1932–2014), ele também um intelectual diaspórico como o foi Lourenço, propõe uma noção do “póscolonial” que coincide com o pensamento do ensaísta português a propósito da “complexa teia que sempre se tece entre colonizadores e colonizados” (Lourenço 165). No que se tornaria o famoso ensaio “When Was the Post-Colonial? Thinking at the Limit”, o crítico jamaicano desconstrói o pensamento binário que dominava na época os estudos póscoloniais. Primeiro que tudo rejeita a distinção típica entre colonizadores e colonizados (sem com isso menosprezar as importantes diferenças entre ambos), argumentando que tal distinção é desde logo subvertida por processos de tradução cultural ou transculturação que não se restringem ao país imperialista e suas colónias mas fazem parte de correntes transnacionais de movimentos diaspóricos (Hall 247). No lugar de “uma área de

¹ A referência é à iniciativa do Brasil na reunião de chefes do estado dos países de língua portuguesa, em São Luís do Maranhão, em novembro de 1989, seguido em fevereiro de 1994, da reunião em Brasília que dá início ao ato constitutivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (“Histórico”).

intersecção de identidades”, como Lourenço descreve a lusofonia, Hall lembra “histórias e temporalidades diferentes [que] foram irrevogáveis e violentamente ligadas” desde o século XVI. Pensar o póscolonial a partir desses locais de cruzamentos de tempos-espacos distantes e ex-cêntricos com relação ao antigo império pode, pois, tornar visível uma história alternativa de modernização e desenvolvimento capitalista. As populações diaspóricas que protagonizam essa outra história necessariamente deslocam as diferenças entre o colonial e o póscolonial, o centro e a periferia, o global e o local, a nação e os seus outros (Hall 247–52).

É à luz desse horizonte teórico onde se poderá vislumbrar a emergência no Brasil democrático da viragem da década de 1960 de uma ideia *póscolonial* de comunidade de língua portuguesa numa série de “nós” não necessariamente coincidentes quanto a origens nacionais, étnicas ou raciais mas mobilizados em torno da condenação do colonialismo português na África. A ênfase no “póscolonial” (sem hífen) pretende sugerir, na esteira de Cahen e Braga, “uma análise que consegue ir além das heranças epistemológicas coloniais” (13). O presente ensaio identifica alguns dos referidos “nós”, grupos e indivíduos que, desde perspectivas diferentes e desiguais, contribuem para a formação do que se pode compreender como uma onto-epistemologia póscolonial da língua portuguesa. Esta é formada, conforme se verá a continuação, por apelos à urgência de descolonização; a crescente reivindicação dos direitos dos negros no Brasil; a oposição ao regime salazarista; e a valorização estratégica, anticolonial, do passado escravocrata brasileiro.

A viragem para a África no Brasil democrático (1961–64)

Tem sido reconhecido o papel de José Aparecido de Oliveira (1929–2007), embaixador do Brasil em Portugal entre 1992 e 1995, para a constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Nos documentos do seu arquivo, observa-se também o empenho que teve quando era secretário do Estado da Cultura no governo do Presidente José Sarney na criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Este foi assinado em São Luiz do Maranhão em 1989 pelos países que em julho de 1996 seriam os signatários da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (*Inventário* 5, 61). Mas se se atende ao seu percurso anterior, nomeadamente como secretário do Presidente Jânio Quadros entre janeiro e agosto

de 1961, é difícil não reparar no contexto político democrático e anticolonial que teria sugerido a ideia de dita comunidade (Roa e Baptista e Silva 3).

É fundamental para esse fim a mudança do curso da política externa brasileira, iniciada por Quadros e depois seguida pelo seu sucessor, João Goulart, até ao golpe militar de 1964. Comece-se por observar que Quadros não respeita o Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal, celebrado em 1953 pelo ditador português e pelo seu par brasileiro, Getúlio Vargas, rejeitando assim a tradicional defesa de Portugal, e do colonialismo português, e afastando-se também da filiação diplomática com os Estados Unidos e os países do Ocidente.

A cientista social Ana Beatriz Ribeiro com efeito argumenta que o realinhamento diplomático do Brasil resultante da política externa de Quadros-Goulart a partir de 1961 foi decisivo para a criação da “lusofonia transcontinental” desligada de Portugal. Utilizando a retórica lusotropicalista da “democracia racial” no seu discurso diplomático, o Brasil posicionar-se-ia como um país cujo nível de desenvolvimento o habilitava a ajudar os países subdesenvolvidos, nomeadamente os “irmãos lusófonos” que lutavam pela independência de Portugal e com os quais o Brasil tinha laços históricos (Seibert 20–24; Ribeiro 70–71). São instrutivas a este respeito as palavras de Jânio Quadros num artigo publicado na revista *Foreign Affairs*:

As to Africa, we are linked to that continent by our ethnic and cultural roots and share in its desire to forge for itself an independent position in the world today. . . . Our country should become the link, the bridge between Africa and the West, since we are so intimately bound to both people. (em Roa e Baptista Silva 2–3)

Embora económicos e políticos, os interesses do Brasil são também culturais, criando com isso condições relativamente concretas para a constituição de uma comunidade lusófona de cunho ambos anticolonial e póscolonial, este último no sentido de posterior às independências políticas.

Ao assumir a presidência, Jânio Quadros toma iniciativas que fomentam a relação do Brasil com os países africanos e asiáticos, com isso apoiando o processo de descolonização e, como sugere Paulina Alberto, pretendendo ultrapassar a influência de Portugal nas colónias africanas (230). Por um lado, convida para seu

consultor de política externa Agostinho da Silva, filósofo humanista português exilado no Brasil desde 1947 e fundador, em 1959, do Centro de Estudos Afro-Orientais na Universidade de Bahia. O histórico do Centro refere que fora concebido e ainda atua “como um canal de diálogo entre a universidade e a comunidade afro-brasileira, por um lado, e entre o Brasil e os países africanos e asiáticos, por outro” (“Apresentação”). Por outro lado, Quadros cria em Brasília o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, organismo governamental descrito como “um centro de altos estudos destinado a incrementar as relações do Brasil com o mundo afro-asiático” (Decreto 50.465). Além de acordos culturais com países africanos, facilitados pela abertura de embaixadas e consulados, entre eles, em Angola e Moçambique, o Instituto oferece bolsas para estudantes africanos estudarem em universidades brasileiras (Alberto 239–40). Se nem sempre a representação do Brasil no Conselho de Segurança das Nações Unidas foi coerente com a condenação do colonialismo português (e.g., Seibert 29), durante as presidências de Quadros e Goulart, o Brasil aproximou-se do então chamado Terceiro Mundo e especificamente da África de maneira irrevogável.

No entanto, apesar de o Brasil se assumir na sua política externa como um país anticolonialista devido à importância da África na sua história e cultura, o “racismo interno” contra a população Negra permanece inalterado (Dzidzienyo). Esse período da viragem da década de 1960 experimenta um surto notável de estudos sobre o racismo por parte de sociólogos da Universidade de São Paulo bem como de ativismo ligado ao Movimento Negro (M. Silva, “Órbitas sincrônicas”). Este contexto abre passo a colaborações políticas entre cidadãos brasileiros e membros dos movimentos de descolonização das colónias portuguesas (M. Silva, “Outra ponte”).

Redes de ativismo para a descolonização

Nasce assim, em 1960, o Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA), iniciativa de dois jovens brasileiros que tinham estudado em Lisboa e aí se teriam tornado militantes anticolonialistas (Dávila 120). Células se formam primeiro em São Paulo e depois no Rio de Janeiro, onde a casa de um desses ex-estudantes se tornaria numa espécie de sede no Brasil do Movimento Popular de Libertação da Angola (MPLA) e do Partido para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) (121). Também a Frente de Libertação de Moçambique

(FRELIMO) tem representação no Rio de Janeiro a partir de 1963 (Seibert 31). Tais demonstrações de “solidariedade atlântica” (Lima) teriam repercussão junto à importante Associação Cultural do Negro, estendendo-se depois a outras associações cívicas, educacionais e profissionais que formam a “Comissão de Solidariedade aos Povos Africanos” (Domingues 202n62); esta comissão receberia regularmente publicações do MPLA (187).

Seria pouco lógico assumir que essa comissão bem como outras expressões e formas de ativismo a favor da descolonização de Portugal em África não abrangesse cidadãos progressistas para além daqueles associados ao ativismo negro brasileiro. A socióloga Zeila Demartini, especialista em imigração, chama atenção para a presença no Brasil de estudantes africanos e de africanos anticoloniais aí exilados, sobretudo após o começo das guerras de independência, continuando a levar a cabo em solo brasileiro atividades de militância. Tal é o caso, por exemplo, de Deolinda Rodrigues, do MPLA, que vai para o Brasil a finais dos anos cinquenta como estudante da Universidade Metodista de São Paulo (Demartini e Cunha 313). Os africanos são apoiados na militância anticolonial por militantes da esquerda brasileira e portuguesa ligados ao jornal *Portugal Democrático* (311–14). Conforme se verá, trata-se de uma “outra ponte” formada por exilados portugueses antissalazaristas comprometidos com a descolonização africana, ignorados ou referidos apenas *en passant* com respeito ao MABLA (e.g., Dávila 120). As atividades deste grupo conferem a centralidade do Brasil para a emergência de uma comunidade de língua portuguesa póscolonial, ex-cêntrica com respeito ao antigo império.

A oposição democrática portuguesa no Brasil

Desde a publicação em 2006 do estudo pioneiro de Douglas Mansur da Silva, *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro*, tem sido reconhecido na academia brasileira desde vários campos disciplinares o papel da oposição antissalazarista no Brasil, sobretudo em São Paulo mas também no Rio de Janeiro (e.g., Travancas; Matos, “Resistências”; Paulo). A “Oposição” aglomerava antissalazaristas de várias tendências ideológicas—monárquicos, republicanos, comunistas e liberais socialistas—exilados no Brasil em consequência de perseguições, prisões e alienações profissionais resultantes do endurecimento do regime na década de 1950. Já antes, em 1947, o filósofo, professor e poeta Agostinho da Silva (1906–

1994) se tinha exilado no Brasil, vindo a ter um papel decisivo para a viragem do Brasil para a África e a Ásia mesmo antes da Política Externa Independente de Quadros, como foi antes referido. Como observa Mansur da Silva, nos anos cinquenta exilar-se-iam os importantes escritores, pensadores e professores universitários Adolfo Casais Monteiro, Vítor Ramos, Joaquim Barradas de Carvalho, Jorge de Sena; o pintor, artista gráfico e fotógrafo Fernando Lemos; o conceituado jornalista, advogado e diplomata Victor da Cunha Rego, que viria a ser redator dos importantes jornais *O Estado de São Paulo* e a *Folha de São Paulo*; os jornalistas e escritores Miguel Urbano Rodrigues e Maria Archer; e o ativista comunista António Bidarra da Fonseca. Confluem no jornal *Portugal Democrático* (1956–1975), em São Paulo. Com publicação mensal, este periódico torna-se o principal e mais difundido órgão de oposição à ditadura e ao colonialismo apesar das diferenças políticas entre os seus membros.

A condenação do colonialismo salazarista é um dos temas recorrentes por parte da oposição antifascista exilada no Brasil, curiosamente tema ligado não apenas à sobrevivência da língua colonial mas da futura viabilidade de relações diplomáticas entre o Brasil e a África e, mesmo, entre esta e Portugal. Em artigo publicado em *O Estado de São Paulo* em janeiro de 1961, Victor da Cunha Rego defende a descolonização com base num discurso tipicamente lusotropicalista:

O que nós, portugueses da Oposição, pretendemos é exatamente a tentativa de um “modus-vivendi” em África que preserve a língua e o caldeamento rácico ora apresentado no Brasil. Para isso o primeiro passo só pode ser a outorga do direito de escolha aos africanos. Só a promessa de independência poderá conservar incólume em África a nossa língua e os nossos costumes. (“Discurso” 88)

A coerência política do conceituado jornalista, socialista, acolhido pelos dois maiores jornais de São Paulo, não deixa margem de dúvidas quanto à compatibilidade do lusotropicalismo com posições anticolonialistas. Se uma perspetiva historiográfica assim o sugere (e.g., Castelo, “Uma incursão” 273–74), Fernando Arenas já a havia explorado de forma pioneira com relação a vários autores africanos (2006). Efetivamente, o lusotropicalismo manifesta-se em muitos dos colaboradores do *Portugal Democrático* (Baptista 110–23). Isso implica,

como se sabe, o silenciamento das violências do colonialismo, como é o caso da escravidão; lá voltaremos.

Outro jornalista da oposição antifascista de esquerda, Miguel Urbano Rodrigues, defende a necessidade de descolonização em artigo publicado em *O Estado de São Paulo*, em abril de 1961, evocando os interesses do Brasil em África. Para tanto insta o Brasil a intervir a favor da independência do povo angolano antes que a guerra livrada pelo governo salazarista tome mais vidas e destrua a estabilidade das relações que o Brasil mantém com Angola (Rodrigues 92–93). (Lembre-se que o primeiro contingente de tropas portuguesas é enviado para Angola a 21 de abril de 1961.) O jornalista afirma que num futuro “próximo surgirão em África três Estados soberanos de língua portuguesa e . . . onze milhões de homens” agora colonizados haverão de agradecer ou, pelo contrário, queixar-se de que o Brasil não prestou apoio. Rejeitando a nostalgia imperialista de “muitos portugueses”, Rodrigues imputa ao Brasil um papel nas lutas de libertação, com isso também possibilitando que os portugueses possam continuar a emigrar para África (93). Não deixa de ser curiosa esta ideia de um comunista oposto ao colonialismo precisamente numa altura em que Salazar encoraja o colonialismo de assentamento nas duas maiores colónias africanas, Angola e Moçambique (Castelo, “Novos Brasis”).

É importante notar que, além de exilados portugueses, colaboram no jornal reconhecidos escritores, intelectuais e professores brasileiros, incluindo o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que viria a ser presidente do Brasil ao tempo da constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Matos, “Resistências” 70). A título de exemplo do compromisso político de muitos desses colaboradores, mencione-se a manchete na primeira página do *Portugal Democrático* de 20 de março de 1963, citando Jânio Quadros, “Salazar tem do mundo uma concepção medieval”. O mesmo número inclui a dedicatória manuscrita: “Ao povo de Portugal, na certeza de que se aproxima a hora da sua libertação do jugo cruel que o oprime. Brasileiro e, por isso, português, antevejo a alvorada das liberdades, na mãe Pátria!” (Quadros). Considerando que o ex-Presidente tinha-se afastado do Tratado de Amizade e Consulta, a sua identificação da nacionalidade brasileira com a portuguesa pode ser interpretada como um gesto retórico reivindicando o direito dos brasileiros de lutarem como se fossem portugueses contra a ditadura salazarista. A ideia é ilustrada desde o título de um artigo de opinião publicado na revista carioca *O Cruzeiro* em setembro de 1958

por Rachel de Queiroz: “Nós, os portugueses”. A escritora defende-se da acusação por parte do governo de Salazar e seus adeptos de que “estrangeiros” se estão intrometendo na política portuguesa, reinvidicando com ironia o direito de nacionalidade portuguesa para aqueles brasileiros que se pronunciam contra Salazar. Se em Portugal—afirma—“são poucas as vozes que se podem fazer ouvir nós [os supostos estrangeiros do Brasil] temos a obrigação de servir de voz dos mudos, de pena aos que não escrevem, até que a normalidade se estabeleça” (128).

Do império da língua portuguesa à memória do “sangue bantu”

De entre aqueles que recusaram o silêncio exilando-se no Brasil, distingue-se a jornalista e escritora Maria Archer (1899–1982) por ser a única voz feminina entre os antissalazaristas fundadores e colaboradores iniciais do *Portugal Democrático*. Amplamente publicada desde 1935, exila-se no Brasil em 1955 fugindo da perseguição da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE). Para além de ter proibido *Ida e volta de uma caixa de cigarros*, em 1938, e *Casa sem pão*, em 1947, apreende-lhe um manuscrito ainda incompleto sobre o julgamento do General Henrique Galvão e outros acusados de conspiração (Bordeira 97). A sua obra periodística no Brasil tem despertado interesse crítico (Baptista; Bouzy; Matos, “Vozes femininas”; Travancas). São, porém, os prefácios de dois livros que a escritora publica em 1957 e 1963 que têm relevância para a formação de uma comunidade transnacional de língua portuguesa fundamentada na oposição antissalazarista e, no seio da mesma, anticolonialista.

O primeiro dos livros em questão, *Terras onde se fala português*, é publicado em São Paulo em 1957. O livro repete e adiciona ao conteúdo de um anterior, *Roteiro do mundo português*, publicado em Lisboa em 1940. No prefácio, Maria Archer apresenta aos jovens das escolas do Brasil a história da expansão como uma aventura do passado, “ultrapassada pelos ventos da história”, mas que guarda “o sentido ecuménico da língua e da cultura portuguesa” (*Terras* 10). A autora pauta a cronologia do império pela ordem em que as diferentes “províncias entram na comunidade de língua portuguesa”. A mudança de “colónia” para “província” ocorrera em 1951 com a revisão da Constituição em vistas do requerimento de Portugal ser admitido na Organização das Nações Unidas. Mas disso a autora parece fazer caso omissivo, embora reconheça que os novos “ventos da história” condenam a expansão da época moderna. A declarada intenção do seu livro é

incutir nos jovens o sentido de que fazem parte da “grande comunidade mundial da língua portuguesa” (12). Note-se como este conceito de língua portuguesa substitui a imagem prévia de um Portugal “de Minho a Timor” de forma condizente com a teoria do lusotropicalismo apresentada por Gilberto Freyre em Goa com o título “Uma cultura moderna: A luso-tropical”, e depois publicada em *Um brasileiro em terras portuguesas* (1953). Para o sociólogo, como para a jornalista, não parece haver contradição entre o reconhecimento da inevitabilidade histórica da descolonização—“O tempo é das populações de cor e da afirmação ou restauração dos seus valores de cultura” (Freyre 142)—e a crença na excepcionalidade do colonialismo português supostamente demonstrada pelo “amor” com que os vários povos do império falam a língua portuguesa.

Seis anos mais tarde e tendo já publicado a segunda edição de *Terras onde se fala português* em 1959, o tema da língua portuguesa como espécie de sagrada herança do império reaparece no prefácio de *Brasil, fronteira da África* (1963) mas como um alerta dirigido à liderança política do Brasil, nessa altura o Presidente João Goulart. O livro é composto por passagens de alguns dos Cadernos Coloniais que a autora publicara na segunda metade da década de 1930 bem como passagens do livro, que concorreu sem êxito ao Prémio da Literatura Colonial, *África selvagem: Folclore dos negros do grupo “bantu”*. Já neste último, publicado em 1935, Maria Archer condena veemente a exploração e violência livradas contra as terras e os povos africanos por europeus arrogando uma razão de superioridade. Ao vir à luz de novo no Brasil, no contexto da descolonização africana e da crescente mobilização contra o governo de Salazar por se recusar a negociar para a independência das colónias, esses textos outrora colonialistas, apesar das referidas intervenções críticas, constituem pouco mais que restos melancólicos de um império condenado e não apenas pelos “ventos da história”.

O prefácio do livro começa por recordar a história da escravidão que une Angola de uma maneira especial ao Brasil. É nessa base, evocando o compromisso esperado do Brasil com “os sagrados direitos da negritude”, que argumenta que este não deve continuar a ignorar a ofensiva bélica do colonialismo português. “O meu livro pretende ser a ponte que aproxima os povos das duas margens do Atlântico irmanados pelo sangue bantú” (Archer, *Brasil* 5). Archer denuncia Salazar por se recusar a negociar as independências das colónias portuguesas, procedendo ao “genocídio do povo angolano” com o apoio da OTAN e dos Estados Unidos (6). Lembra também a “sublevação” do povo guineense, o que

efetivamente tinha acontecido em janeiro desse ano, 1963, e generaliza a “milhões de africanos de expressão portuguesa” o apelo que faz ao Brasil em seu nome (7). Esse apelo converge na defesa da língua portuguesa no continente africano, para o qual evoca dois outros argumentos. Primeiro, afirma que Portugal e os portugueses serão rejeitados em África para todo o sempre devido à chacina perpetrada pelo colonialismo salazarista. Depois, invoca o facto de que a língua francesa ameaça deslocar a portuguesa “na futura Nação soberana de Angola”, já que se impõe entre os “líderes do nacionalismo angolano” e os países antes colonizados pela França e a Bélgica são “vizinhos de Angola ao longo de milhares de quilómetros” (8).

O discurso de Archer, comprometendo o Brasil com a defesa da língua portuguesa como parte da herança cultural do colonialismo, não apela ao poder económico ou geoestratégico daquele país mas, antes, ao dever moral para com a história da escravidão evocada na metonímia, “sangue bantú”. Não é coincidência que a frase é repetida três vezes num breve texto de quatro páginas. Torna-se evidente que a escritora capitaliza a ideia da identidade africana do povo brasileiro sugerida no quinto capítulo de *Casa grande e senzala* de Gilberto Freyre, ideia que aparentemente goza de popularidade sobretudo após a viragem da política externa do Brasil para a África (Dávila 4). Se bem que não evita o que, no fundo, permanece um discurso imperialista, eurocêntrico e racista, insiste no que a típica narrativa lusotropicalista omite—a história da escravidão. Eis aquilo que a propaganda colonialista silenciava ao fazer circular a ideia de que se fariam “novos Brasis em África”. Tal silenciamento também se verificou e continuaria a verificar ainda entre aqueles que condenavam o colonialismo português.

Conclusão: Da língua portuguesa em chave póscolonial

Voltando às palavras de Fernando Henrique Cardoso, presidente do Brasil na cerimónia da constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa em 1996, simbolicamente celebrada na Praça do Império em Lisboa: “O facto de usarmos a mesma língua não quer dizer que tenhamos a mesma cultura” (Lourenço 167). Faz sentido que o conceituado sociólogo, autor da tese de doutoramento *O negro na sociedade de castas*, orientada por Florestan Fernandes em 1961, não quisesse fazer eco de confusões identitárias que tinham servido a ditadura portuguesa no seu propósito colonialista. Mas essas confusões de raiz lusotropicalista também foram usadas, conforme se fez notar, por muitos daqueles

que como o próprio Cardoso colaboraram no *Portugal Democrático* e fizeram parte de redes de resistência e ativismo contra a ditadura salazarista e contra a contínua presença de Portugal na África e na Ásia. Aliás, lugares-comuns lusotropicalistas proliferam na conversa entre Fernando Henrique Cardoso e Mário Soares, iniciada por este último e publicada em livro no Brasil em 1998 com o título *O mundo em português: Um diálogo*.²

Mas o que ninguém na altura do acordo pós-império entre países soberanos estava para fazer era pôr o dedo na ferida que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa não sarou, nomeadamente a violência da escravidão que está na sua origem. Mas essa memória não pode deixar de vir à tona no Brasil entre finais da década de 1950 e o começo da década de 1960, onde se cruzam de um modo ou outro grupos diversos grupos defendendo as suas próprias agendas mas mobilizados em torna da urgência da descolonização das colónias africanas sob o domínio político português.

Análises de politólogos, economistas e outros cientistas sociais especialistas no Brasil contemporâneo têm-se referido à importância da “Comunidade dos Países de Língua Portuguesa” e/ou à “lusofonia” para os interesses do Brasil particularmente na África a partir desse período; ou seja, a partir da nova política externa brasileira iniciada durante as presidências de Quadros e Goulart (Miyamoto; Ribeiro, “The ‘Lusotropical Flavor’”; Roa e Baptista e Silva). Para além do anacronismo de uma “comunidade” ou do conceito de “lusofonia” que não existe ou goza de circulação antes de finais do século XX, essas linhas de pesquisa acabam por ignorar não apenas o assunto da língua em si mas da conjuntura anticolonial em que uma potencial “comunidade” é figurada.

Dir-se-ia que, para os referidos pesquisadores, a língua portuguesa é um dado isento de interesse ou problematização, seja como língua colonial, seja como língua ameaçada por outras línguas coloniais, como se viu no ensaio de Maria Archer com referência ao futuro da língua portuguesa em Angola. A preocupação da escritora portuguesa e de seus companheiros de esquerda no exílio brasileiro parece ser, no fundo, com a perda da memória de Portugal nos países em guerra de libertação: o sentimentalismo da perda de memória do império mitologizado na sua própria obra jornalística e ficcional e ironicamente revisitado sob a fórmula de descolonização que circulava na diáspora brasileira durante o interregno

² Veja-se McNee para um estudo da apropriação do discurso lusotropicalista por parte do escritor angolano José Eduardo Agualusa para informar a sua particular lusofonia póscolonial.

democrático. Neste contexto, é também irônico que seja ao Brasil que a escritora imputa o dever de defender a língua portuguesa em nome do “sangue bantú” que, afinal, foi o fundamento do império português.

Uma frase do grande líder político guineense e cabo-verdiano Amílcar Cabral (1924–73) tornou-se famosa com respeito à herança colonial da língua portuguesa. Se não fosse tão citada em avulso talvez fossem evitados alguns debates sobre a lusofonia, que pecam por lusocentrismo. No terceiro capítulo do livro *Análise de alguns tipos de resistência*, intitulado “Resistência cultural”, o pensador previne contra o que ele considera o “oportunismo” revolucionário de alguns dos seus compatriotas que querem impor o uso do crioulo em vez de ensinar e intensificar os esforços de alfabetização em português. “O português (língua)—afirma—“é a melhor coisa que os tucas nos deixaram, porque a língua não é prova de mais nada senão um instrumento para os homens se relacionarem uns com os outros” (103). Desde um ponto de vista não apenas anticolonial mas, como é o caso do Brasil “póscolonial”, desde uma perspectiva liberta e distante da mundivisão lusoimperialista, a língua portuguesa seria apenas um “instrumento” (teoricamente neutro) para as pessoas se comunicarem e, com isso, ir construindo as suas culturas nacionais e locais. Que essa comunicação mantenha viva a memória da escravidão é uma necessidade política não apenas nas áreas que mais exibem o seu passado histórico, como o Brasil, mas em todas aquelas outras onde se impôs por razões de soberania póscolonial o uso “instrumental”, daí que oficial, da língua portuguesa.

Obras citadas

Alberto, Paulina. *Terms of Inclusion: Black Intellectuals in Twentieth Century Brazil*. U of North Carolina P, 2011.

“Apresentação”. Centro de Estudos Afro-Orientais, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, <https://ceao.ufba.br/apresentacao>.

Archer, Maria. *África selvagem: Folclore dos negros do grupo “bantu”*. Livraria Guimarães, 1936.

---. *Brasil, fronteira da África*. Feman-Rego, 1963.

---. *Roteiro do mundo português*. Cosmos, 1940.

---. *Terras onde se fala português*. Casa do Estudante do Império, 1957.

- Arenas, Fernando. “Reverberações luso-tropicais: Gilberto Freyre em África”. *Gilberto Freyre e os estudos latino-americanos*, organizado por Joshua Lund e Malcolm McNee, Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana, 2006, pp. 123–45.
- Baptista, Elizabeth. *Entre a literatura e a imprensa: Percursos de Maria Archer no Brasil*. 2007. Universidade de São Paulo, dissertação.
- Bordeira, Guilherme. *Acerca de Maria Archer*. Edições Vieira da Silva, 2014.
- Bouzy, Armanda Manguito. “Mémoires d’exil: Maria Archer, une femme anti-salazariste au Brésil”. *Cahiers d’études des cultures ibériques et latino-américaines*, vol. 1, 2015, pp. 73–93. https://cecil-univ.eu/wp-content/uploads/2015/12/CECIL_1_2015_6_amb.pdf.
- Cabral, Amílcar. *Análise de alguns tipos de resistência*. Edição do PAIGC, Guiné-Bissau, Imprensa Nacional Bolama, 1979.
- Cahen, Michel. “‘Portugal Is in the Sky’: Conceptual Considerations on Communities, Lusitanity, and Lusophony”. *Imperial Migrations: Migration, Diasporas, and Citizenship*, organizado por Erica Morier-Genoud e Michel Cahen, Palgrave Macmillan, pp. 297–315. https://doi.org/10.1057/9781137265005_13.
- Cahen, Michel, e Ruy Braga. “Preâmbulo. Anticolonial, pós(-)colonial, decolonial: e depois?” *Para além do pós(-)colonial*, organizado por Michel Cahen e Ruy Braga, Alameda, 2018, pp. 9–32. Acesso 22 nov. 2022.
- Cardoso, Fernando Henrique, e Mário Soares. *O mundo em português: Um diálogo*. Editora Paz e Terra, 1998.
- Castelo, Cláudia. “‘Novos Brasis’ em África: Desenvolvimento e colonialismo português tardio”. *Varia história*, vol. 30, no. 53, 2014, pp. 507–32.
- . “Uma incursão no luso-tropicalismo de Gilberto Freyre”. *bHL | blogue de História Lusófona*, vol. 6, set. 2011, pp. 261–79.
- Dávila, Jerry. *Hotel Trópico: Brazil and the Challenge of African Decolonization (1950–1980)*. Duke UP, 2010.
- “Decreto No. 50.465, de 15 de abril de 1961 cria o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos”. *Presidência da República Casa Civil*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D50465.htm. Acesso 24 nov. 2022.

- Demartini, Zeila de Brito, e Daniel de Oliveira Cunha. “Nacionalistas e colonos do ‘Ultramar’ e sua presença no Brasil durante as guerras de independência (1961–1975)”. *Imigração e imigrantes: Uma coletânea interdisciplinar*, organizado por André Gattaz e Vanessa Paola Rojas Fernandez, Editora Pontocom, 2015, pp. 299–327.
- Domingues, Petrônio. “‘Em defesa da humanidade’: A Associação Cultural do Negro”. *Revista de ciências sociais*, vol. 61, no. 1, 2018, pp. 171–211. <http://dx.doi.org/10.1590/001152582018150>.
- Dzidzienyo, Anani. “Triangular Mirrors and Moving Colonialisms.” *Etnográfica*, vol. 6, no. 1, 2002, pp. 127–40. Acesso 24 nov. 2022.
- Freyre, Gilberto. “Uma cultura moderna: A luso-tropical”. *Um brasileiro em terras portuguesas*, José Olympio, 1953, pp. 125–54.
- Hall, Stuart. “When Was the Post-Colonial? Thinking at the Limit”. *The Post-Colonial Question: Common Skies, Divided Horizons*, organizado por Iain Chambers e Lidia Curti, Routledge, 1996, pp. 242–60.
- “Histórico—Como surgiu?” *CPLP: Comunidade de Países de Língua Portuguesa*, <https://www.cplp.org/id-2752.aspx>.
- Inventário do Fundo José Aparecido de Oliveira*. Governo do Estado de Minas Gerais, Secretaria de Estado da Cultura, Arquivo Público Mineiro, junho 2017, http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/fundos_colecoes/JAO/INVENTARIO_DO_FUNDO_JOSE_APARECIDO_DE_OLIVEIRA.pdf.
- Lima, Viviane de Sousa. “Solidariedade atlântica: Movimento brasileiro em apoio às independências africanas, entre percursos e conexões (1961–1975)”. 2017. Universidade Federal de Minas Gerais, dissertação de mestrado. <http://hdl.handle.net/1843/BUBD-AQHFEX>. Acesso 23 nov. 2022.
- Lourenço, Eduardo. “Cultura e Lusofonia ou os três anéis”. *A nau de Ícaro seguido de imagem e miragem da lusofonia*, Gradiva, 1999, pp. 161–72.
- Matos, Maria Izilda Santos de. “Resistências antissalazaristas em São Paulo/Brasil, exílio, cultura e identidade: Portugal Democrático (1956–1977)”. *Confluente*, vol. 9, no. 1, 2017, pp. 63–77. <https://doi.org/10.6092/issn.2036-0967/7077>.
- . “Vozes femininas na luta antissalazarista: Envolvimento de portuguesas e brasileiras (São Paulo, 1950–1970)”. *História (São Paulo)*, vol. 36, 2017, pp. 1–21. <https://doi.org/10.1590/1980-436920160000000110>.
- McNee, Malcolm K. “José Eduardo Agualusa, and Other Possible ‘Lusofonias’”. *Luso-Brazilian Review*, vol. 49, no. 1, 2012, pp. 1–26.

- Miyamoto, Shiguenoli. “O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP)”. *Revista brasileira de política internacional*, vol. 52, no. 2, 2009, pp. 22–42. <https://doi.org/10.1590/S0034-73292009000200002>.
- Paulo, Heloísa. “O exílio português no Brasil: Os “Budás” e a oposição anti-salazarista”. *Portuguese Studies Review*, vol. 14, no. 2, 2006–07, pp. 125–42. <https://doi.org/10.11606/issn.2595-2536.v23i2>. Acesso 23 nov. 2022.
- Quadros, Jânio. “Por intermédio do Portugal Democrático”. *Portugal Democrático*, vol. 8, no. 70, abril 1963, p. 2.
- Queiroz, Rachel de. “Nós, os portugueses”. Rego, *Salazar*, pp. 126–28.
- Rego, Victor da Cunha. “Discurso de Salazar: Suicídio da política internacional de Lisboa”. Rego, *Salazar*, pp. 82–91.
- Rego, Victor da Cunha, organizador. *Salazar visto do Brasil: Antologia de textos de autores brasileiros e portugueses*. Felman-Rego, 1962.
- Ribeiro, Ana Beatriz. “Aspects in the Construction of Brazil’s Transcontinental Lusofonia.” *Journal of Critical Southern Studies*, vol. 1, no. 1, 2014, pp. 58–94.
- Ribeiro, Ana Beatriz. “The Lusotropical Flavor of Modernization: Brazil-Africa Relations After 1960.” *Portuguese Studies Review*, vol. 26, no. 1, 2018, pp. 9–38.
- Roa, Alejandra Carrillo, e Felipe Ricardo Baptista e Silva. “Fiocruz as an Actor in Brazilian Foreign Relations in the Context of the Community of Portuguese-Speaking Countries: An Untold Story”. Traduzido por Naomi Sutcliffe de Moraes, *História ciências da saúde*, vol. 22, no. 1, jan.–mar. 2015, <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702015000100009>.
- Rodrigues, Miguel Urbano. “O que Angola espera do Brasil”. Rego, *Salazar*, pp. 92–97.
- Seibert, Gerhard. “Brazil-Africa Relations from the 16th Century to the 20th Century”. *Brazil-Africa Relations: Historical Dimensions and Contemporary Engagements, from the 19th Century to the Present*, organizado por Gerhard Seibert e Paulo Gilberto Fagundes Vizentini, Boydell and Brewer, 2019, pp. 11–46.
- Silva, Douglas Mansur da. *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro*. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

- Silva, Mário Augusto Medeiros da. “Órbitas sincrônicas: Sociólogos e intelectuais negros em São Paulo, anos 1950–1970.” *Sociologia & antropologia*, vol. 8, no. 1, 2018, pp. 109–31. <https://doi.org/10.1590/2238-38752017v8i14>.
- . “Outra ponte sobre o Atlântico Sul: Descolonização africana e alianças político-intelectuais em São Paulo nos anos 1960”. *Análise social*, vol. 52, no. 225, 2017, pp. 804–26.
- Travancas, Isabel Siqueira. “Portugal Democrático: Um jornal de exilados.” *SBPjor / Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo*, vol. 3, no. 3, 2017, <https://doi.org/10.25200/BJR.v13n3.2017.979>.